

2 REVISÃO DA LITERATURA

“Menos explorada é a ligação entre desigualdade no passado e no presente (...). Uma ilustração (não usualmente mencionada na literatura) é que o hiato de renda hoje em ex-colônias reflete seu passado colonial em uma dimensão étnica. Empiricamente, à primeira vista, sugere-se que, na África e nas Américas, descendentes de europeus são mais ricos que a população nativa e que os descendentes de escravos.” (Lagerlöf 2005).¹

Inicialmente, cabe discutir o conceito de escravidão. Meillasoux (1995) nos diz que o termo escravo pode ser aplicado a todos aqueles que estão ou estiveram em uma relação qualquer de sujeição leiga ou religiosa, como um parente mais velho, um soberano, um protetor, um líder etc. Esse termo significa subjugado, submetido, dependente, servo e algumas vezes, discípulo. No direito, o escravo é descrito como um objeto² de propriedade, portanto, alienável e submetido ao seu proprietário. Assim, na própria definição da palavra e em seu sentido jurídico, vê-se que a escravidão denota diferenciação entre pessoas. Um escravo, por mais que tenha deixado de ser definido como objeto, é uma propriedade e seu dono tem direitos sobre o próprio e sobre o que este pode gerar.

“Apesar de os escravos não serem totalmente destituídos de personalidade jurídica, mesmo que não se convertessem os seus direitos na lei romana eram muito poucos. Os proprietários podiam dispor dos seus escravos em testamento como qualquer outro bem

¹ Tradução do autor

móvel. Em toda parte os filhos de uma mulher escrava conservavam, normalmente, o estatuto jurídico da mãe. Recompensas monetárias ou outras por ofensa contra um escravo eram recebidas pelo seu senhor, dado ser entendidas como dano à sua propriedade. Os escravos não podiam tomar iniciativas jurídicas em seu nome (...) seu estatuto legal era similar ao de crianças, mulheres e loucos, ou dos cegos, surdos e mudos (...) A tentativa de fuga era particularmente mal vista e podia levar ao castigo público, e, por vezes, também, à perda de um membro que não impedisse a capacidade de trabalho do fugitivo, tal como uma orelha. Pelo menos em teoria, um escravo nunca podia possuir consigo uma faca, beber numa taberna ou local público, vender, receber pousada de alguém que não o seu senhor, ou circular nas ruas depois de escurecer, a não ser que levasse uma candeia.”
Russel (2004)

Antes mesmo do início da colonização transcontinental, os europeus já tinham contato com esse tipo de instituição. O código castelhano dispunha que a lei feita pelos homens poderia substituir o direito natural (O direito natural pregava não existir diferenças entre um homem livre e um escravo) para efeitos sociais quando se tratasse de escravos. Estes, entre muitas restrições, não podiam testemunhar contra ninguém³. Um senhor podia fazer o que quisesse com seu escravo, salvo matá-lo ou mutilá-lo fisicamente, sendo essas restrições atenuadas caso o encontrasse na cama com sua mulher ou filha. Por razões óbvias, qualquer lucro realizado pelo escravo pertencia a seu senhor.

Um ponto interessante é saber o porquê da utilização de escravos negros. Uma possível resposta a essa questão reside no fato de

² No direito romano primitivo, o escravo é descrito como um objeto e não uma pessoa.

³ Segundo Russel (2004) era feita exceção em casos de traição e certos tipos de homicídios, mas, mesmo assim impunham-se certas condições. Se um escravo prestasse declarações hostis deveria ser torturado ao mesmo tempo, a fim de garantir que estava dizendo a verdade.

historicamente as tribos africanas serem extremamente fragmentadas e a escravidão já existir naquela região mesmo antes das viagens negreiras se iniciarem (Nunn 2006). Com o início da época das grandes navegações o custo de se importar um escravo ficou mais baixo, gerando incentivos à utilização desse tipo de trabalho. Outra explicação para a utilização desse tipo de escravos pode ser derivada da facilidade de distinguir entre um escravo negro e outros escravos e também por uma questão de habilidade física.

“Mais significativamente, em geral considerava-se que os negros eram melhores escravos, pois se dizia serem capazes de suportar o trabalho árduo melhor do que os brancos. Do ponto de vista do proprietário, os escravos negros tinham outra vantagem. A sua cor tornava-os mais notados numa sociedade onde predominavam os brancos. Em consequência, seria mais difícil tentarem fugir ou obterem êxito se o tentassem.” Russel (2004)

Nessa trilha, oportuna a análise dos condicionantes de longo prazo do processo de geração de desigualdade. Muito já se estudou sobre a elevada concentração de renda nos países do continente americano, em especial, da América Latina. Dentre as principais abordagens apresentadas, algumas tentam tratar da questão das raízes históricas existentes, baseando-se, principalmente, em Engerman e Sokoloff (1994, 1997, 2001). Esses consideram que a dotação de fatores geográficos de produção em cada país explica a iniquidade. Surpreendentemente, segundo Lagerlöf (2005), a escravidão (definida segundo diferentes condições de vida entre raças) é pouco utilizada para estudar os determinantes de longo prazo da desigualdade.

Ferranti e Perry (2003), em estudo sobre a desigualdade de renda na América Latina, comprovam que os níveis de bem-estar não são similares entre raças ou etnias. Nessa linha, os descendentes de negros e nativos, seriam sobre-representados na classe das pessoas com menor escolaridade e sub-representados entre as de maior. As casas comandadas por brancos detêm uma maior quantidade de ativos (uma

casa com maior número de quartos, maior quantidade de automóveis, refrigeradores, maior acesso à água, eletricidade e coleta de lixo) e esses recebem, também, os maiores salários.

Todos esses estudos evidenciam que as formas de desenvolvimento e composição populacional explicam porque alguns países são mais desiguais. É de se entender, portanto, que o fato de uma proporção relevante da população ter sido composta inicialmente por escravos que detinham menor nível de capital humano, menor acesso a capital físico e, principalmente, acesso limitado à remuneração do trabalho, poderia ajudar a explicar por que hoje existe maior desigualdade em um determinado grupo de países. O simples fato de existir uma parcela da população explorada e outra beneficiada pode ter gerado condições que levaram as sociedades a equilíbrios de elevado grau de desigualdade. Estes, a partir de mecanismos de persistência intergeracional derivados do sistema político, de crédito, instituições, sistema educacional e da própria dualidade gerada pela escravidão, permanecem até os dias atuais.

Uma das primeiras formas de se explicar a persistência está relacionada à dotação inicial de fatores de produção na economia, como terra, clima e outras variáveis que caracterizam questões geográficas. Engerman e Sokoloff (1994, 1997, 2001) afirmam que a diferença de ambiente em que os europeus estabeleceram suas colônias levou a diferentes equilíbrios cujos resultados foram sociedades com variados graus de desigualdade.

“As economias do novo mundo que tiveram histórico de importar escravos para explorar vantagens geográficas (solo e clima) para a produção de culturas como açúcar continuaram sendo caracterizadas por extrema desigualdade e por serem dominadas por pequenos (e brancos) segmentos da população. Por que essa extrema desigualdade persistiu por tanto tempo nesses países ainda é uma incógnita. Com certeza grandes déficits em riqueza, capital humano e poder político, para os flagelados nativos americanos e escravos (negro-livres após abolição), são difíceis de

superar, especialmente em sociedades pré-industriais.” (Engerman e Sokoloff, 1994) ⁴.

Mais explicitamente, a grande diferença de acumulação de capital humano e físico entre escravos e outros membros da sociedade pode explicar diferentes índices de Gini.

Faz-se importante relatar a diferenciação feita pelos autores sobre os países das Américas. Esses dividem os países da América em três diferentes categorias. Na primeira categoria se enquadram colônias como Barbados, Brasil, Cuba e Jamaica, que possuíam clima e solo extremamente bem adequados à produção de açúcar e de outros tipos de colheita de alto valor que se caracterizavam pela existência de economias de escala e pelo uso de mão-de-obra escrava. O grande percentual de população escrava fez com que a distribuição da riqueza e de capital humano se tornasse extremamente desigual. Segundo os próprios autores, até mesmo entre a população não-escrava havia maior desigualdade nessas economias do que naquelas da América do Norte.

Na segunda categoria se enquadram as colônias espanholas, como México e Peru, que se caracterizavam por uma quantidade substancial de nativos escravizados, sobrevivendo⁵ ao contato dos europeus, e pela distribuição, por parte da metrópole, de reivindicações sobre grandes quantidades de terra e mão-de-obra nativa para uma pequena casta privilegiada (encomenderos). Isso gerou um exército de trabalhadores cujos resultados foram desequilíbrios na distribuição de riqueza e renda dessas economias, apesar da quase inexistência de trabalho escravo negro.

As colônias da América espanhola se especializaram na produção de monoculturas, como a cana-de-açúcar. Essa forma de produção gerou estruturas econômicas nas quais a riqueza, o capital humano e os

⁴ Tradução do autor

⁵ Muitos nativos não sobreviveram aos primeiros contatos com os europeus por conta de transmissão de doenças, assassinatos em massa, entre outros. (Diamond 2006).

poderes políticos foram distribuídos de maneira desigual. As elites, circunstancialmente designadas por um grupo relativamente pequeno de descendentes de europeus e racialmente distinto, foram amplamente favorecidas.

A terceira categoria de colônias é exemplificada pela América do Norte (hoje EUA e Canadá). Essas áreas não eram dotadas com população nativa capaz de prover mão-de-obra, nem clima ou solo que dessem vantagens comparativas na produção de lavouras, exceto a parte sul dos EUA, que se caracterizavam pelo aproveitamento de economias de escala e trabalho escravo. O processo de desenvolvimento desse tipo de colônia se baseou na utilização de mão-de-obra europeia com altos e similares níveis de capital humano. Uma distribuição mais equânime da riqueza foi encorajada pelas limitadas vantagens à produção de grãos e feno em latifúndios. Esta região também se caracterizou pela homogeneidade da população local.

Os dois primeiros tipos de colônia se caracterizaram por uma peculiaridade muito interessante: grande heterogeneidade na composição populacional. Outro ponto que os autores demonstram é que a desigualdade pode ser função de condições imutáveis, como as características geográficas inerentes a cada local.

Baseado nessas teorias, Lagerlöf (2004) mostra que, utilizando condados como unidade de medida, o clima e a geografia (medidos por precipitação, elevação, tempo de neve e temperatura média) explicam composição da população escrava. Outros fatores podem explicar escravidão, como o custo de deslocamento entre a origem e o destino final dos escravos. Assim como a dotação de fatores (mensurado pela latitude de cada país), a taxa de mortalidade dos escravos (um custo para os traficantes de escravos) nos navios negreiros é uma boa variável para explicar escravidão⁶.

Engerman e Sokoloff (2005) teorizam novamente sobre a persistência na desigualdade. Eles argumentam que um dos principais impactos da colonização europeia foi alterar a composição populacional

⁶ Estatísticas disponibilizadas mediante requisição.

dos territórios ocupados. O esforço dos europeus foi o de formar sociedades nas quais seus descendentes tivessem vantagem em termos de capital humano e *status* legal. Maior homogeneidade na composição populacional significou parcela maior de europeus, e assim, instituições mais desenvolvidas foram transplantadas para as novas colônias. Maior heterogeneidade significava menor prevalência de europeus, o que não trazia os incentivos necessários para que fossem implantadas instituições mais propícias ao desenvolvimento, utilizando em seu lugar as que objetivavam a exploração de recursos naturais.

Engerman e Sokoloff (2001) explicam que sociedades com padrão extremo de desigualdade tinham elites capazes de estabelecer arcabouço legal. Isso assegurou a elas poder de usar sua influência a fim de estabelecer regras, leis e outras políticas que dessem vantagens a seus membros. Em sociedades com maior igualdade os esforços da elite em institucionalizar uma distribuição desigual de poder político não lograram sucesso, e as regras, leis e outras políticas adotadas proveram tratamento mais igual e mais oportunidades para a população. Galor, Moav e Vollrath (2005) mostram que condições geográficas mais favoráveis, que são associadas a uma maior desigualdade na distribuição de propriedade da terra, afetam adversamente a implementação de instituições promotoras de capital humano, isto é, educação pública e leis que combatam o trabalho infantil. Como os proprietários de terra tinham poder de afetar o processo político e a implementação de reformas educacionais, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra desestimulou a adoção de medidas voltadas à universalização educacional.

É importante salientar o ponto colocado por Engerman e Sokoloff (2000) de que a maioria dos países do novo mundo, no início do século XIX, tinha condições de estabelecer educação primária universal para sua população. O investimento em educação não foi uma questão de restrição orçamentária, e sim de escolha política. Alesina et alli (1999) mostra que países etnicamente fragmentados são piores em oferecer educação pública.

“É também possível que a educação interaja com outras instituições... negros são mais restritos de votar em estados escravocratas do que em outros estados. Um exemplo disso eram as exigências de escolaridade para ter direito a voto. Devido a uma maior proporção de negros na população, era nesses estados em que os negros poderiam ganhar poder político se a igualdade de direito a voto fosse praticada. Isso proveu incentivos para que os brancos discriminassem na provisão de educação a fim de manter taxa de escolaridade baixa para negros”.⁷ Lagerlöf (2005).

Outro ponto relevante para analisar a referida persistência baseia-se na teoria de transferência intergeracional de renda. Sacerdote (2003) mostra (usando medidas como taxa de alfabetização, variável indicativa sobre ida à escola por parte da criança, meses freqüentes à escola, se o chefe da família é uma mulher e duas medidas alternativas para ocupação) usando dados de censos americanos de 1880, 1900 e 1920, que para várias medidas de bem-estar e qualidade educacional, a diferença entre negros escravos e negros libertos levou duas gerações para se dissipar. A discriminação é fator explicativo para a falta de convergência de renda entre raças, tanto no mercado de trabalho, quanto no acesso a oportunidades educacionais. Smith (1984), utilizando dados sobre escolaridade e sobre rendimentos do trabalho, indica que há uma convergência na variável de educação. Essa passa de 3,5 anos (para as coortes nascidas entre 1907-16) para 1,1 anos de diferença (coortes nascidas entre 1947-51). O problema surge quando o autor analisa o diferencial de rendimentos.

“Dado o estoque de capital humano inicial com o quais negros e brancos iniciam suas carreiras, negros de diferentes coortes não enfrentam diferentes possibilidades dos brancos. O problema fundamental é a enorme disparidade que existe quando a competição se inicia, não como evolui a carreira no mercado de

⁷ Tradução do autor.

trabalho (...). A grande diferença de renda no início da carreira pode ser devida, em grande parte, à discriminação racial.” (Smith, 1984) ⁸.

A discriminação no mercado de trabalho é comprovada em vários aspectos. Em estudo mais recente para os EUA, Darity Jr. e Mason (1998) relatam que a discriminação no mercado de trabalho é uma das maiores causas da desigualdade entre raças nos EUA. Após a metade dos anos 70, a convergência entre rendimentos nos EUA estacionou. Para o Brasil, Soares e Alves (2003) mostram que no sistema educacional brasileiro há: (i) grande hiato entre alunos brancos e negros, e em menor grau entre alunos brancos e pardos em relação ao desempenho escolar e (ii) Desigualdade na distribuição dos fatores produtores de eficácia do ensino, pois eles favorecem principalmente o desempenho escolar dos extratos socialmente mais privilegiados, ou seja, alunos brancos. Isso contribui para acirrar a diferença basal entre os grupos raciais.

As imperfeições no mercado de crédito explicam a desigualdade e sua persistência. Galor e Zeira (1993), com arrimo na indivisibilidade do investimento em capital humano, afirmam que a distribuição de riqueza inicial de uma economia afeta o produto e o investimento, tanto no curto quanto no longo prazo, culminando na existência de múltiplos equilíbrios. Banerjee e Newman (1993), analisando o processo de escolha ocupacional dos agentes, utilizando a hipótese de imperfeições no mercado de capitais, mostram que agentes pobres (desprovidos de capital inicial) acabam por virar trabalhadores com baixos salários. A estrutura ocupacional de uma economia depende da distribuição inicial e esta, por ser endógena, terá impactos de longo prazo.

Beck, Demirguc-Kunt e Levine (2004) asseveram que desenvolvimento financeiro reduz desigualdade via aumento desproporcional na renda dos mais pobres. Países com sistemas de intermediação financeira desenvolvidos experimentam declínio mais rápido em medidas de pobreza e desigualdade.

⁸ Tradução do autor

O funcionamento inadequado das instituições jurídicas também explica a persistência em comento. Em muitos locais, a operação de instituições legais, políticas e regulatórias é subvertida pelos mais poderosos. Essa subversão toma a forma de corrupção, intimidação, entre outras. Desigualdade é ruim para direitos de propriedade. Se instituições políticas e regulatórias podem ser geridas por riqueza ou influência, essas vão favorecer o que está estabelecido, não o que é eficiente. Segundo Glaeser, Scheinkman e Shleifer (2002) há duas formas de a desigualdade encorajar a subversão institucional. A primeira é a denominada *Robin Hood*, em que, os que não detêm riqueza a redistribuem dos que tem via violência, processo político e outras formas. Esse tipo de redistribuição é desfavorável, em relação a direitos de propriedade e desincentiva investimentos por parte dos mais ricos. A segunda forma é tipo *King John*, em que os que detêm riqueza redistribuem dos desprovidos via subversão do sistema legal, político ou regulatório. Esse tipo de redistribuição prejudica direitos de propriedade daqueles menos ricos, incluindo pequenos empresários, e, por conseqüência, desestimula investimentos.

Um trabalho desenvolvido por Lagerlöf (2005) trata assunto semelhante ao desenvolvido por esse trabalho. Usando os EUA como um microcosmos da situação vivida na colonização da América Latina, o autor revela que estados que dependeram mais da escravidão (aqui mensurado pela composição étnica da população hoje) são mais desiguais hoje.

“Dentre condados essa três medidas de renda são altamente correlacionadas com a proporção de escravos na população em 1850 – condados mais baseados em escravidão hoje têm menor renda per-capita e renda mediana e maior taxa de pobreza – eles são também mais desiguais” (Lagerlöf 2005)⁹.

Duas maneiras de se medir escravidão são apresentadas por Lagerlöf (2005): a fração de negros na população hoje (o que pode estar apresentando erro de medida pela existência de migração) e a fração de

⁹ Tradução do autor.

escravos na população em 1850. Essas duas variáveis são bastante correlacionadas, sendo a correlação amostral 0.76. As conclusões do trabalho são: (i) escravidão em 1850 determina onde os negros vivem hoje. Apesar da ocorrência de migração, casamento entre raças e diferenças de fertilidade, há correlação forte nos 749 condados entre a fração de escravos na população em 1850 e a fração de negros na população hoje; (ii) geografia determinou escravidão em 1850, isto é, essa foi mais intensiva onde elevação, precipitação e temperatura média permitiram a utilização de trabalho escravo. Nosso trabalho, baseado na primeira conclusão feita pelo autor, tenta mostrar que apesar de aspectos geográficos e escravidão estarem de alguma forma correlacionados, a escravidão explica desigualdade, mesmo quando se compara países com características geográficas similares.